

PRÊMIO ODS BRASIL: IMPORTANTE NA PROSPERIDADE, IMPRESCINDÍVEL NA ADVERSIDADE

Albino Rodrigues Alvarez¹

O sono da razão produz monstros.
Goya

O Prêmio ODS² Brasil foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 9.295, de 28 de fevereiro de 2018, explicitamente com o intuito de incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas desenvolvidas pelos diferentes agentes da sociedade, públicos e privados, que contribuam para o alcance das metas da Agenda 2030 dos ODS. A periodicidade do prêmio foi definida como bienal até 2030. A Portaria nº 100, de 3 de maio de 2018, regulamentou a primeira edição do certame, definindo que seriam premiadas práticas alinhadas aos ODS, em vigor, que tenham gerado ações transformadoras no contexto do território em que estão inseridas.

Como finalidades do prêmio foram elencados estes aspectos: *i)* incentivar e dar visibilidade às práticas desenvolvidas pelos agentes da sociedade para o alcance dos ODS no território brasileiro; *ii)* contribuir para a formação de um “banco de práticas” como referência para a disseminação da Agenda 2030; e *iii)* estimular o envolvimento mais amplo possível dos diversos segmentos sociais no fomento das dimensões visadas pela Agenda 2030, sejam sociais, ambientais, econômicas ou institucionais.

A Secretaria de Governo da Presidência da República coordenou o concurso, contando com a participação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e do Ipea em suas diversas etapas. O primeiro processo concluiu-se exitosamente em 2018, após receber mais de 1 mil inscrições, com a seleção de 39 para a composição do “banco de práticas”, que foi aberto para visitação. Em seguida, houve a premiação de três práticas em cada uma das categorias do prêmio, quais sejam: *i)* governos; *ii)* organizações com fins lucrativos; *iii)* organizações sem fins lucrativos; e *iv)* instituições de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2018).

A utilização do mecanismo de premiação como incentivo para a consecução de metas desse tipo não é uma novidade, pois é disseminada internacionalmente. No Brasil, esse

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.
2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

mecanismo foi a base do Prêmio ODM³ Brasil, instituído a partir de 2005 e desenvolvido em cinco edições, também bienais. O sucesso dessa iniciativa e da estratégia ODM como um todo inspirou que se procedesse à renovação dos esforços, com as modificações que se fizeram necessárias.

Uma inovação que funcionou muito bem foi a criação de categorias específicas, especialmente para empresas, organizações com fins lucrativos, mas também para instituições de ensino e pesquisa. Muito frequente era a queixa de que a antiga divisão do prêmio entre instituições de governo, sobretudo organizações não governamentais (ONGs), representava uma persistente desvalorização da ação de empresas, que ficavam na mira de preconceitos ligados à geração de lucros – enfim, eram desqualificadas por questões de cunho ideológico. No entanto, a consecução da meta maior da Agenda 2030, os ODS, não tem por que não contar com a colaboração da iniciativa privada, apreciada dentro de uma categoria exclusiva para esse tipo de entidade. A participação de empresas no ODS Brasil 2018 foi expressiva e com boas iniciativas, como haverá oportunidade de se pontuar mais adiante. Trata-se de avanço expressivo em face das experiências anteriores.

Todavia, a principal vantagem de utilizar um prêmio como esse talvez não se encontre nas razões apontadas até aqui e já recorrentes em documentos, oficiais ou não. Na perseguição de metas meritórias como as que compõem a Agenda 2030 por meio dos ODS, pode-se contar com duas grandes fontes a alimentar o processo. Uma é o crescimento econômico. Com maior geração de renda, mais recursos estão disponíveis, em tese, para a aplicação em políticas públicas que busquem os objetivos de construir no país uma nação mais solidária, próspera, quizá menos desigual. Entretanto, o atual ambiente econômico está diferente em relação ao ciclo passado de objetivos: já há cinco ou seis anos atravessa-se profunda crise econômica, também social e política, em oposição ao quadro relativamente benigno da primeira década do século XXI.

A segunda fonte a empurrar a busca de metas é arranjar recursos de forma mais eficiente. Esse elemento, importante quando o ambiente econômico é favorável, torna-se fundamental quando a situação é de restrição orçamentária – e aí um mecanismo como o Prêmio ODS Brasil pode desempenhar papel relevante. Valorizando práticas que se revelaram eficazes após teste, poupa que se trilhe o caminho das pedras da tentativa e erro, que redundaria em desperdício de recursos. Expondo amplamente casos de sucesso, inspira gestores públicos a apenas adaptarem ideias já consagradas, evitando o trabalho de “reinventar a roda” desde o princípio. Isso alavanca em muito as possibilidades de novas iniciativas alcançarem resultados cada vez mais satisfatórios, já que se aproveitam do aprendizado das práticas inspiradoras, podendo lançar mão de soluções já testadas de forma ampla, necessitando apenas adaptações locais.

Esse efeito de replicação está amplamente documentado em estudo do Ipea, mostrando que, em um período curto pós-premiação, 45% das práticas premiadas foram replicadas, dentro do grupo de práticas desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos (Laurindo, 2016, p. 65). Com esse pano de fundo, o Ipea pretende investigar mais detidamente práticas particularmente bem-sucedidas em próximas pesquisas.

Um destaque entre as premiadas foi a representatividade de práticas que buscam dinamizar o aproveitamento da biodiversidade nacional. Esse é um assunto realmente estratégico, pois é chave para a compatibilização entre aproveitamento de recursos naturais e promoção

3. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

da dignidade das populações locais por todo o país, estruturando o beneficiamento das matérias-primas, a comercialização, toda a cadeia produtiva desde a floresta até o adquirente do princípio ativo. As duas primeiras colocadas entre as empresas seguiram essa linha.

O projeto Certificação de Cadeias de Sociobiodiversidade da Natura, por exemplo, focou na constituição de redes de produção e comercialização de princípios ativos a partir de recursos naturais como murumuru, andiroba e ucuúba, entre outros, sobretudo da Amazônia. Além disso, conseguiu a obtenção pioneira de selos internacionais de qualidade, comércio bioético e sustentabilidade, gerando mais renda para dezenas de milhares de pessoas, ao mesmo tempo que promoveu a repartição justa dos benefícios e do conhecimento tradicional associado.

A Beraca, fornecedora da empresa anterior, foi premiada pela prática Programa de Valorização da Biodiversidade, com objetivos semelhantes aos já expostos, e resultados espalhados por todas as regiões do Brasil.

Mereceu destaque também a prática Fogões Ecoeficientes no Recôncavo Baiano, que, apenas nessa região, já instalou mais de 8 mil estruturas mais eficientes no uso da lenha e com chaminé. Esses fogões substituem o tradicional – composto de alguns tijolos e uma chapa, que serve de chama precária, o qual é extremamente poluente e pode destruir o meio ambiente pelo uso de carvão da mata nativa usado de forma pouco eficiente – nos lares em vastas áreas do país, sobretudo o Semiárido e o Cerrado. O modelo antigo causa males à saúde, tanto pela poluição gerada dentro das casas como pelo esforço necessário para o transporte da lenha, que é bem aliviado no modelo instalado. Essa prática vem se disseminando pelo país, para além das fronteiras baianas. Trata-se de projeto com supervisão científica e quantificação de resultados exemplar.

Também premiado, e selecionado para uma investigação mais detalhada, foi o projeto Educação Emancipadora e Ações Multiplicadoras em Comunidades Rurais do Baixo Sul da Bahia, sediado em Nilo Peçanha. Nele, o foco é inovar na forma de educar crianças e jovens, aplicando técnicas testadas internacionalmente e apresentando resultados em uma região bastante carente do nosso país, utilizando, no caso, uma proposta de estímulo ao empreendedorismo dos jovens para o manejo sustentável da floresta.

Assim é o Prêmio ODS, valorizando iniciativas com potencial de replicação por todo o país.

O Brasil enfrenta momentos desafiadores não só do ponto de vista econômico, mas também em dimensões como a social e a ambiental. Colocando de outra forma, estão sendo ameaçadas conquistas de patamar civilizatório que pareciam consolidadas uma década atrás e que agora, e já há tempos, estão sendo questionadas. Para além do Prêmio ODS Brasil, no fundo apenas um detalhe – relevante, mas detalhe –, a própria aderência do país aos esforços da Agenda 2030 e à estratégia dos ODS é duvidosa. A se julgar pela manifestação de altas autoridades, realidades como a agenda ambiental, a mitigação das mudanças climáticas e estratégias de cooperação internacional parecem não só ser desprezadas, mas vistas como ameaças à conjunção de forças eleita para o governo da nação. A partir da Conferência Rio-92, o país havia feito um esforço de se afastar do discurso desenvolvimentista estrito que viveu durante a ditadura militar (França, 2010), tendo adotado a cooperação internacional como estratégia e assumido algum protagonismo na temática ambiental, o que é natural, dadas as características do seu território, sua extensão, diversidade de biomas e grande massa florestal tropical. A partir da Rio+20, em 2012, essa posição foi se desgastando, chegando

neste 2019 a um discurso agressivo, talvez mais bem caracterizado como grotesco, que atenta não só contra a seriedade do tema ambiental, mas contra a própria valorização do conhecimento em si como fonte de ação, para não falar no desrespeito aos interesses nacionais e à dignidade dos cargos. Esse tipo de postura só pode levar a um isolamento internacional, pior que há cinquenta anos, porque é anacrônico, contrário a toda evidência fática. Sendo assim, fica a recomendação para que não se passe das palavras para a ação, e posturas como a adesão aos compromissos da Agenda 2030, os ODS, e também a continuidade da promoção de um Prêmio ODS Brasil sejam mantidas na tentativa de não esgarçar ainda mais a posição brasileira. O desafio da compatibilização de desenvolvimento econômico e social com preservação ambiental, de forma que busquemos perpetuar os recursos de que dispõe nosso imenso terrunho, assegurando o bem-estar da população, já é suficientemente complexo com a utilização de todo o conhecimento disponível. Desprezar-se esse ativo torna o objetivo impossível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Relatório da 1ª edição do Prêmio ODS Brasil**. Brasília: Segov; SNAS, 2018.

FRANÇA, J. F. B. F. A política externa brasileira para o meio ambiente: de Estocolmo a Joanesburgo. **Cadernos de Relações Internacionais**, v. 3, n. 1, 2010.

LAURINDO, R. Os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. **Desafios do Desenvolvimento**, n. 87, p. 65, 2016.